

QUAL A RELAÇÃO DA GRAMATIZAÇÃO BRASILEIRA COM RELAÇÃO À HISTÓRIA DA GRAMÁTICA?

Edileusa Gimenes MORALIS (UNEMAT/UNICAMP)
Geiza da Silva GOMES(PG/UFMS)

O que procuraremos responder simploriamente neste texto tem seu lugar garantido nos trabalhos de pesquisas de estudiosos que fazem parte do projeto *História das Teorias Lingüísticas*, coordenado pelo Prof. Dr. Sylvain Auroux na França e pela Professora Dr.^a Eni Orlandi no Brasil.

Sendo a gramatização objeto desse trabalho, tentaremos responder a pergunta “Qual a relação do processo de gramatização com relação à história da gramática?”

A nossa gramática tradicional, normativa é a remanescente da gramática helenística. Na Grécia Antiga, o pensamento teórico e a vivência intuitiva da língua, propiciaram a instituição de tal gramática, reflexo da teorização do pensamento helênico.

De acordo com Neves (1987, p. 15), “[...] *a gramática tradicional constitui uma exposição de fatos que tem sido encaminhada sempre como obra acabada. Sem consideração para o que tenha representado de esforço do pensamento*”.

Até o século XVII, há o domínio da Gramática Normativa que tinha por função distinguir o certo do errado para evidenciar o domínio da “*boa linguagem*”.

A gramática histórica aparece no século XIX, marcando distância da Gramática Filosófica do século XVIII. A noção de certo e errado é substituída. A linguagem passa a ser vista “[...] *como um fato natural, regido por leis próprias, subtraídas à vontade dos gramáticos*”. (ELIA, 1978, p. 75).

No ínterim do malgrado desenvolvimento da lingüística histórica, a gramática normativa continuava ligada aos princípios da lógica de Port Royal. Daí a necessidade de retorno e revisão dos problemas de correção de linguagem. Tal revisão define-se pela rejeição de velhas teorias (lógicas) e a sociologia passa a orientar os estudos de gramática normativa onde o certo e o errado não têm dependência dos esquemas lógicos. No entanto, modificações se processam através dos tempos e as explicações de ordem sociológica cedem espaço à interpretação lingüística. Os fatos lingüísticos se tornam menos importantes que os atos lingüísticos.

Para Elia (p.76), *“A gramática tem valor meramente prático: destaca-se a permitir a intercomunicação oral das idéias”*. *“Por interesse social, guardamos as normas de bem-dizer e esforçamos-nos por mantê-las íntegras indefinidamente”*.

É importante observar que quando falamos em gramática, estamos tratando da questão sujeito e linguagem, e, apesar de existir vasta literatura acerca do assunto, aqui não abordaremos nenhuma teoria em particular, antes sem **retornaremos** a questão da gramatização brasileira.

Muitos são as razões para a gramatização de uma língua, e, aqui trataremos primeiro do conceito de gramatização para depois falarmos de suas causas. Para Silvain Auroux (1992, p. 65), *“Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e instrumentar uma língua na base de duas tecnologias que são ainda hoje os pilares do nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário”*. Se por um lado, a questão da gramática até o final da idade média está ligada ao latim, a partir do renascimento ocorrem mudanças expressivas em que as línguas nacionais são vistas como línguas de culturas. As línguas européias passam a ter gramáticas como forma de distanciar do latim.

No Brasil, a partir do momento em que o português se instalou, concorreu-se ao delineamento de língua a formação de uma identidade nacional. Naturalmente, a gramatização está ligada à questão da língua nacional. De acordo com Orlandi (1996), *“[...] a gramatização de uma língua indígena é o primeiro momento da análise de linguagem em território brasileiro”*. Neste ponto podemos lembrar o período em que os jesuítas catequizavam os índios, tendo para isso que aprender a língua dos mesmos como forma de integração. Apesar de Pe. Anchieta gramatizar o tupi para ensinar aos índios, não havia por parte dos colonizadores interesse na linguagem indígena. Mas a interação entre indígenas e jesuítas marca, sem dúvida, o trabalho da Igreja para o Estado.

Já o português de língua mais falada no séc. XVIII se transforma em língua oficial no século XIX – quando o estudo de Língua Portuguesa é empreendido fortemente. Este fato está ligado à vinda da Família Real para o Brasil. Com grande fluxo de portugueses que estabelecem um equilíbrio lingüístico de interesse do colonizador.

Se num primeiro momento a questão da língua no Brasil é apenas uma forma de apropriação do Brasil por Portugal, mudanças ocorreram em direção à constituição de uma identidade nacional brasileira - através da língua. O séc. XIX é marcado pelo avanço de

estudos do português que são motivados pelas diferenças e desejos políticos. A década de 30 tem no Colégio D. Pedro II ponto referencial para tais estudos e na década de 80, Fausto Barreto organiza exames preparatórios – que dão acesso à Universidade a pedido do Estado.

Como a produção do conhecimento está ligada a um processo histórico, em 1846, surge a pergunta sobre qual era a língua que se falava no Brasil. O Presidente da República constitui uma comissão para decidir qual o nome da língua do Brasil, tendo como decisão dada por Sousa de Silveira (relator) denominá-la Língua Portuguesa.

Se a gramatização é uma das razões de expansão política, as razões no Brasil foram mais de natureza de uma política de distinção do que política propriamente, pois o sentimento que treinava era de que o Brasil era diferente de Portugal por ter variedades específicas.

Tratar da correspondência entre Língua e nação era tratar da cidadania, uma vez que a busca de uma identidade nacional brasileira, livre das amarras dos colonizadores – trilhava caminhos onde a decisão sobre o nome do idioma nacional poderia configurar ou não uma identidade para a Nação. Segundo Dias (1996) “[...] a expressão *língua brasileira* tem como correlato semântico *língua falada pelos brasileiros*”. Colocava-se a questão da nacionalidade a partir do estatuto do homem que constitui a nação. O embate sobre a escolha do nome para o idioma nacional centrava-se em dois grupos distintos, contexto em que um defendia que o nome **Língua Portuguesa** seria identificador do espaço geográfico brasileiro, e, o outro defendia que **Língua Portuguesa** deveria continuar como uma adequação a uma tradição da escrita valorizada por grandes nomes da literatura brasileira. O certo é que a primeira via na “Língua Portuguesa” a elevação de uma língua que “[...] não é mais dos portugueses, mas a do homem da terra, um homem que se confunde com a própria natureza do país” (DIAS, 1996), já a segunda “[...] concebia língua a partir de uma tradição escrita, em relação à qual ele se identifica [...]” (DIAS, 1996).

A história da gramatização brasileira é marcada pelo conflito entre o tradicional e as correntes oriundas de outros países, quando o falante está em busca de sua identidade nacional, forçando um rompimento com os laços da colonização, onde o seu lugar de autoria possa ser tomado como novo, sem vínculo com a tradição portuguesa.

O momento da gramatização é tido como o momento em que Júlio Ribeiro implantou novos rumos, rompendo o velho do novo. Inúmeras produções de gramáticas apareceram neste período, e, podemos citar além de Júlio Ribeiro, Eduardo Carlos Pereira

que lança sua própria gramática, reivindicando a novidade que é o rompimento com a tradição portuguesa. No trilhar da distinção entre a língua falada no Brasil e a língua falada em Portugal, as gramáticas lançadas levam nomes que marcam o lugar e a posição de quem as produz.

O final do séc. XIX registra o momento de constituição do Estado Brasileiro, que é marcado pela Independência do Brasil em 1822; pela entrada de novas idéias e influências oriundas de países que não Portugal: a suspensão do tráfico de escravos e as inúmeras publicações de gramáticas. Cada ocorrência dessa contribuía para o rompimento com a tradição portuguesa.

A criação da imprensa e da Biblioteca Nacional reforçam grandemente a instalação da Língua Portuguesa, mas o surgimento de uma proposta, apresentada por um deputado propõe a instalação da Linguagem Brasileira – como forma de dizer que o falante não é indígena e nem português, e acrescenta que os diplomas fossem escritos em linguagem brasileira, pois a questão que estava posta era a de língua significando nacionalidade.

É a partir de 1837 com a Fundação do Colégio Pedro II – que os estudos do português no Brasil passam a ser fortalecidos – tendo um referencial. Surgem, então, as publicações de gramáticas como forma de dizer ESTA LÍNGUA È NOSSA, e, tem-se partir daí a constituição de um novo espaço-tempo para o português no Brasil.

O programa de Fausto Barreto, datado de 1887, desencadeia o surgimento de várias gramáticas tidas como importantes, pois procuravam lugar de garantia no novo programa de português para os exames preparatórios, a saber: “*A Gramática da Língua Portuguesa*” de Pacheco Silva e Lameira de Andrade (1887) e a “*Gramática Analytica*” de Maximino de Andrade (1887); além do “*Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa*” de Antônio Joaquim de Macedo Soares (1888).

Entre muitos, Júlio Ribeiro é, sem dúvida, o grande nome que marca a época de 80 do séc. XIX ao colocar em evidência o argumento do novo, implementando novos rumos aos estudos do idioma no Brasil.

O período de 1900 traz no seu bojo contribuições importantes sobre a reflexão gramatical – podemos citar alguns nomes como: Mário Barreto (1903); Eduardo Carlos (1970); M. Said Ali (1908); Amadeu Amaral (1920); Francisco da Silva Bueno (1944); etc... Este período traça o percurso de afirmações do Estado Brasileiro através de suas produções,



instalação de faculdades; criação da Academia Brasileira de Letras, acordos ortográficos e o apuro da maturidade escolar.

As autorias de Gramáticas ao livre arbítrio são contidas pela nova Nomenclatura Gramatical que estabelece critérios para a tomada de posição, sendo que “[...] a autoria da gramática passa a necessitar da caução do linguísta, já que este tem o conhecimento científico da língua”. O interesse neste período não é mais o de marcar a diferença entre o português do Brasil e o português de Portugal, mas a relação entre teorias científicas sobre linguagem. O lugar de autoria da produção brasileira é garantida pela singularidade com os fatos do português do Brasil.

É em Guimarães (1996, p. 127), que temos a maneira sistematizada, dividido em 4 períodos, fatos e atos que marcaram o processo de gramatização brasileira. Com esta divisão, Guimarães apresenta o **antes** de estudos de língua portuguesa no Brasil, o **durante**, que é caracterizado por inúmeras publicações e divergências e o **depois**, que marca o espaço de pesquisa sobre a linguagem. Inclui-se aí o 3º e o 4º períodos. A organização cronológica das produções gramaticais e suas repercussões são claramente explicitadas, garantindo aos leitores ou pesquisadores interessados a reunião de estudos e acontecimentos importantes que estão ligados ao processo de gramatização brasileira.

A Gramatização no Brasil surge buscando estudar as especificidades do português brasileiro, mas há com isso a negação da existência de outras línguas no Brasil. Neste ponto, é importante citar Guimarães (1996, p. 137) que diz: “*Como sabemos, bem pouco tempo, que no Brasil só se fala uma língua*”.

BIBLIOGRAFIA

AUROUX, Sylvain. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas, SP. UNICAMP: 1992.

DIAS, L. F. *Os Sentidos do Idioma Nacional*. Campinas, SP. Pontes: 1996.

ELIA, Silvio. *Orientações da Lingüística Moderna*. Rio de Janeiro. Ed. Indústria e Comércio, 2 ed.: 1978.

GUIMARÃES, Eduardo. *História da Gramática no Brasil e Ensino*. Campinas, SP. UNICAMP: s/d.



GUIMARÃES, Eduardo & ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Língua e Cidadania: O Português no Brasil*. Campinas, SP. Pontes, 1996.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *O Estado, A Gramática, A Autora*. Campinas, SP. UNICAMP: 1996.

_____. *Gramática, Gramatização e a Emergência das Primeiras Gramáticas Brasileiras*. Campinas, SP. UNICAMP: s/d.